



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1008558-71.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Renato Aparecido Terezan de Moura**  
 Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

RENATO APARECIDO TEREZAN DE MOURA ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face do MUNICÍPIO DE ARARAQUARA e da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, visando o fornecimento de medicamento. Alegou ser portador de diabetes mellitus tipo 2 (dois), há 13 anos, além da Diabetes, sofre de hipertensão arterial e problemas cardíacos, atualmente também sob tratamento, necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento **Galvus Met 50/1000 mg, Diamicron MR 60 mg e Forxiga 10 mg**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada. Com a inicial (fls.01/10) vieram os documentos (fls. 11/41).

Concedido o benefício da assistência judiciária (fls. 42), bem como determinando o comparecimento em cartório do autor ou seu advogado para o fornecimento de dados complementares para possibilitar a apreciação do pedido de tutela antecipada, apresentado-se os formulários solicitados para a apreciação da tutela de urgência, os documentos de (fls. 44/46), sendo assim deferida a tutela antecipada (fl. 53).

Citado (fl. 57/58), o réu Município de Araraquara contestou a ação (fls. 73/81), sustentando que o poder público disponibiliza atendimento médico e tratamento farmacológico, para o tratamento de diabetes, seguindo um Programa Nacional criado pelo Ministério da Saúde, sendo disponibilizado pela rede publica: **METFORMINA 850 MG/CO, GLIBENCLAMIDA 5MG/CP** e as **INSULINAS NPH E REGULAR**, bem como o **APARELHO GLICOSIMETRO E OS INSUMOS PERTINENTES**, e não há nos autos qualquer indício de que o objeto dessa demanda seja imprescindível para a vida do autor. Pleiteou a improcedência da ação.

A ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo, também citada (fl.59/60), contestou a ação (fls.82/87), argumentando, no mérito, que os medicamentos para o tratamento do diabetes estão e sempre estiveram à sua disposição na rede pública de saúde pois fazem parte do Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, Portaria GM/MS nº 371, de 04.03.2002, que prevê a oferta, de maneira contínua, de determinados medicamentos para tratamento dessas moléstias, e é evidente que os insumos fornecidos não atendem a marca comercial específica. Pugnou pela improcedência do pedido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Conforme fl.89, o autor informou que não estava recebendo regularmente os medicamentos. Intimado o Diretor Técnico do Departamento Regional de Saúde – DRS III e o Secretário Municipal de Saúde para comprovarem o cumprimento da liminar que determinou o fornecimento contínuo dos medicamentos, de acordo com as quantidades estabelecidas no receituário médico, sob pena de sequestro de verbas, a Secretaria de Saúde apresentou recibo de retirada dos medicamentos (fls 106/107) e o DRS III informou que os medicamentos Vildagliptina+ Metformina estão disponíveis para retirada.

Réplica às fls. 103/105.

O autor informou a fl.114, que a tutela antecipada concedida fora cumprida parcialmente, tendo em vista que nos meses de OUTUBRO e NOVEMBRO de 2016 não foram recebidos os medicamentos e no mês de DEZEMBRO de 2016 recebeu apenas uma caixa do medicamento **FORXIGA**, como demonstrado pelo recibo constante nos autos. Disse que no mês de Janeiro de 2017 foram recebidas duas caixas de ambos medicamentos (Galvos Met e Forxiga), suficientes para os meses de Janeiro e Fevereiro. Além disso, disse ter sido informado pelo Município que a partir do mês de março, o fornecimento da medicação será de responsabilidade do Departamento Regional de Saúde (DRS III), ou seja, da Fazenda do Estado.

Às fls. 115, a Fazenda do Estado de São Paulo reiterou os termos da contestação apresentada, pugnando pela total improcedência da ação.

O feito foi saneado, determinando-se a realização de avaliação médica (fl. 120).

Às fls.127/128, o Município de Araraquara apresentou os quesitos a serem esclarecidos pelo Perito Judicial.

O DRS III informou às fls. 139, que o medicamento está disponível para retirada.

Ciência ao autor às fls.140.

Novas manifestações das partes sobre a entrega dos medicamentos (fls.147, 174/75, fls. 176).

Decorrido o prazo (fls. 192) sem comprovação nos autos da entrega dos medicamentos, foi intimado o autor através de seu procurador para que apresentasse nos autos orçamento para compra dos medicamentos pelo prazo de três meses.

Foi determinado o sequestro de verba pública (fls. 201).

Laudo pericial às fls. 363/369.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

médica.

A responsabilidade não pode estar restrita à lista de medicamentos elaborada pelo Ministério da Saúde (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME), pelos Estados e pelos Municípios, para atendimento através do SUS, desde que comprovada a necessidade do paciente a um medicamento não listado.

É cristalino o dever do Município e do Estado em prestar atendimento ao doente. Atender à saúde de todos é não negar atendimento adequado a cada um dos cidadãos necessitados.

Bem maior do que a vida humana não há. Prestar atendimento à saúde da autora é proteger-lhe a vida, com indubitável apoio no interesse da coletividade, superior a qualquer dificuldade de ordem financeira e orçamentária, aliás, solucionável.

A corroborar esse entendimento, o seguinte aresto do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“SAÚDE PÚBLICA - Fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros para a cura, controle ou atenuação de enfermidades - Admissibilidade - Dever político-constitucional de proteção à saúde que obriga o Estado em regime de responsabilidade entre as pessoas políticas que o compõem - Legitimidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para figurar no pólo passivo de demandas que visem à implementação do referido direito - Inteligência dos arts. 196 e 198 da CF (TRF - 2.a Reg.)” RT 841/369.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – MEDICAMENTOS – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos constitui responsabilidade solidária do Estado e do Município derivada do artigo 196 da Constituição Federal. Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público, mesmo na ausência de negativa expressa por parte da administração, em vista da demora de quase um ano na apreciação do requerimento administrativo. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão reformada. Recurso provido” (TJRS – AI 70005011796 – 3ª C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 14.11.2002).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO – DIREITO À SAÚDE - EXAME DE RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária do Estado e do município derivada do artigo 196 da Constituição Federal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Possibilidade de seu deferimento, em face da relevância dos interesses protegidos (vida e saúde), em sede de antecipação de tutela, inclusive contra o Poder Público. Precedentes do STJ e desta Câmara. Decisão mantida. Recurso desprovido” (TJRS – AI 70004964284 - 3º C.Civ. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 24.10.2002).

Nem mesmo a carência de recursos financeiros pode desonerar o Poder Público da sua obrigação de assistência à saúde, senão vejamos:

“MANDADO DE SEGURANÇA - Pretensão ao fornecimento regular de medicação de alto custo, manifesta por portadora de grave patologia, hipossuficiente - Legitimidade passiva ad causam do dirigente da unidade de saúde local, ostentando poderes e meios para atender o comando judicial - Peculiaridades fáticas que permitem obrigar o Estado a fornecer periodicamente, sem que possa valer da escusa de carência de recursos financeiros - Recurso oficial e da Fazenda Pública não providos” (Apelação Cível n. 89.352-5 - Araçatuba - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - 15.09.99 - V.U.).

Entendimento contrário implicaria em inadmissível restrição à norma constitucional que assegura o direito à vida e à saúde e impõe ao Poder Público o dever de prestá-lo de forma integral e completa (Constituição Federal, artigos 5º, 6º, 196 e 203; Constituição do Estado de São Paulo, artigos 219 e seguintes; Lei Federal nº 8.080/90; Lei Federal nº 9.313/96; Lei Complementar Estadual nº 791/95; Lei Estadual nº 11.259/02).

O relatório médico apresentado pelo autor (fls. 15/17) se mostra em parcial consonância com o laudo apresentado pelo IMESC (fls 363/369).

Apontou o perito que o autor necessita dos medicamentos **GALVUSMET 50/1000 MG** e **DIAMICRON ( GLICLAZIDA) MR 60MG**, os quais devem ser mantidos, porém, o **FORXIGA ( DAPAGLIFLOZINA)** não há indicações de sua necessidade, pois não há registro de comprovação de melhora significativa no controle da doença com a associação deste medicamento.

Neste ponto, portanto, a ação não prospera.

Registre-se, por fim, que a ausência de capacidade econômica do autor restou comprovada pelos documentos acostados aos autos.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, para determinar aos réus que forneçam, de imediato e gratuitamente ao autor, os medicamentos **GALVUSMET 50/1000 MG**, e o **DIAMICRON ( GLICLAZIDA) MR 60MG**, em quantidade compatível com o receituário médico apresentado, podendo ser fornecido o medicamento genérico com o mesmo princípio ativo, se existente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

A continuidade do fornecimento dos medicamentos especificados no dispositivo desta sentença ficará condicionada à apresentação, diretamente pelo autor aos réus, a cada retirada, em caso de medicamento controlado e a cada três meses, nos demais casos, de relatório médico, atualizado, informativo da evolução da enfermidade e do tratamento, e receituário médico confirmando a necessidade da manutenção do tratamento com o mesmo medicamento, discriminando-o, especificando a quantidade e a previsão do período de sua utilização.

Caso comprovada a cessação da necessidade do medicamento em prazo inferior a seis meses, os réus estarão desobrigados do fornecimento.

Uma vez não retirado os medicamentos por prazo superior a dois meses, a decisão perderá sua eficácia.

CONDENO os réus ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários que fixo no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) tendo em vista o grande número de ações versando sobre matéria análoga. Cada parte ré arcará com 50% da sucumbência.

Sentença não sujeita a reexame necessário.

P.I.C.

Araraquara, 19 de setembro de 2018.